

avaliação econômica de projetos sociais

Relatório de Avaliação Econômica

20. Jovens Urbanos
3ª edição - 2ª avaliação

2012

O PROGRAMA AVALIAÇÃO ECONÔMICA DE PROJETOS SOCIAIS conta com a coordenação técnica da Gerência de Avaliação de Projetos do Itaú Unibanco.

Equipe responsável pela avaliação:

Itaú Unibanco:

Lígia Vasconcellos

Isabel Ferraz Musse

Gabriela Gall Rosa (auxiliar de pesquisa)

Consultor externo:

Naercio Menezes-Filho

Sumário

Programa	5
Avaliações anteriores	5
Avaliação atual	7
Pesquisa de campo	7
Metodologia	10
Resultados	11
Retorno econômico	12
Curto e médio prazo	12
Longo prazo	13
Comentários finais	14

Programa

O Programa Jovens Urbanos, desenvolvido pela Fundação Itaú Social, oferece atividades de formação para jovens que moram em bairros periféricos de grandes cidades. Cada edição do programa tem duração de dezesseis meses, nos quais o jovem participa de oficinas com temas diversos três vezes por semana, sendo de quatro horas a duração de cada uma delas. Ao fim das atividades, os participantes são estimulados a realizar um projeto de melhoria na comunidade.

Segundo o Cenpec, o Jovens Urbanos “... tem como objetivo promover o desenvolvimento de sensibilidades e o envolvimento reflexivo dos jovens com os territórios da cidade, oferecendo oportunidades para que conheçam e explorem espaços onde estão concentradas práticas juvenis, artísticas, tecnológicas, relativas ao mundo do trabalho, das políticas, das ciências, de promoção da saúde, de lazer e de esportes.” (fonte: <http://www.cenpec.org.br/programa-jovens-urbanos>)

Este relatório traz os resultados da avaliação de médio prazo da 3ª edição do programa, a primeira a atuar nos bairros do Grajaú e Lajeado. Os indicadores da avaliação têm foco em empregabilidade e educação para os jovens.

Avaliações anteriores

A primeira edição do programa teve caráter experimental com dez ONGs participantes, localizadas nos bairros Campo Limpo e Brasilândia. A seleção dos jovens foi feita aleatoriamente entre os inscritos. Em 2006, a avaliação de impacto dessa edição apresentou impacto positivo de curto prazo em renda (aumento de R\$ 56,60) e na probabilidade de emprego (aumento de 13,6 pontos percentuais). No entanto, os resultados não foram sustentados no médio prazo, pois uma avaliação feita em 2009 mostra que não há impacto após quatro anos do fim dessa edição.

O programa, na primeira edição, não apresentou impacto nos indicadores educacionais. Esse resultado pode ser explicado pelo fato de todos os jovens terem recebido a bolsa Ação Jovem, que é um incentivo à volta ou permanência na escola. Vale ressaltar que a avaliação de impacto deste último programa é positiva e significativa sobre a frequência escolar dos jovens.

A tabela a seguir ilustra a comparação dos resultados de curto e médio prazo das avaliações para a primeira edição.

Tabela 1 – Comparação dos resultados das avaliações da 1ª edição do programa Jovens Urbanos

Jovens Urbanos - 1ª Edição	1ª Avaliação (2006)		2ª Avaliação (2009)	
	Impacto	Significância	Impacto	Significância
Renda e Trabalho				
Renda pessoal (R\$)	56,6	**	-	-
Trabalha (%)	13,6	**	-	-
Escolaridade				
Anos de estudo	nnn	nnn	-	-
Frequência escolar (%)	-	-	-	-
Cultura e Cidadania				
Leitura de jornal, revista, livro (em 30 dias)	-	-	-	-
Problemas com a polícia	-8,1	**	-	-
Nº de vezes que foi ao cinema ou teatro (em 30 dias)	-	-	-	-

Nota: *** 1% de significância; ** 5% de significância; * 10% de significância; - não significante estatisticamente; nnn – não analisado.

A experiência adquirida com o projeto piloto trouxe algumas reestruturações ao programa. Portanto, uma nova avaliação de impacto foi feita para a 3ª edição com o objetivo de analisar a nova proposta. A avaliação de curto prazo desse novo modelo mostrou impacto positivo na renda, na probabilidade de ter emprego, na probabilidade de participação em ONGs ou movimento social, na probabilidade de fazer curso profissional ou de capacitação e em leitura.

Na primeira avaliação, não houve resultado nas variáveis de educação, sendo que nesta 3ª edição os jovens não foram beneficiados com a bolsa Ação Jovem.

A tabela 2 apresenta um resumo do impacto de curto prazo desses indicadores.

Tabela 2 – Resultados da 1ª avaliação da 3ª edição do programa Jovens Urbanos

Jovens Urbanos -3ª Edição	1ª Avaliação (2009)	
	Impacto	Significância
Renda e Trabalho		
Renda pessoal (R\$)	114,3	***
Trabalha (%)	16,9	**
Com emprego no setor formal (%)	-	-
Escolaridade		
Anos de estudo	-	-
Frequência escolar (%)	-	-
Concluiu Ensino Médio (%)	-	-
Participa de curso profissionalizante ou de capacitação profissional (%)	6,7	*
Leitura e Cidadania		
Participa de ONG ou organização social (%)	8,0	***
Leitura de jornal, revista, livro (nº vezes em 30 dias)	7,8	***
Nº de vezes que foi ao cinema ou teatro (em 30 dias)	-	-

Nota: *** 1% de significância; ** 5% de significância; * 10% de significância; - não significante estatisticamente.

Avaliação atual

Esta avaliação tem foco sobre os efeitos de médio prazo da 3ª edição do programa, ou seja, quatro anos após o seu término.

Vale ressaltar que a seleção dos participantes não foi aleatória. Para que fosse possível a participação no programa os jovens deveriam se inscrever nas ONGs, essas, por sua vez, selecionariam os participantes por ordem crescente da renda familiar per capita até completar 60 participantes. Todas as ONGs ficaram com lista de espera. Durante os primeiros meses do programa houve um sistema de rotatividade no qual os jovens desistentes eram substituídos por outros da lista de espera, seguindo a ordem crescente da renda. Passado esse período, foram fechadas novas possibilidades de entrada no programa. Os jovens que permaneceram na lista de espera nunca tiveram contato com as atividades do programa.

Pesquisa de campo

Para colher informações sobre os jovens participantes do programa, foi organizada uma pesquisa de campo conduzida pela Vox Populi entre 16 de maio e 17 de junho de 2012. Os entrevistados foram selecionados a partir da lista de participantes do campo feito em 2009. Na avaliação de curto prazo, foram utilizados os dados de 551 jovens. Em 2012, a pesquisa conseguiu atingir 68,2% dessa amostra, ou seja, 376 participantes, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 3 – Resumo das ocorrências de campo

Cadastro inicial	551 (100%)
Entrevistas realizadas	376 (68,2%)
<i>Entrevistas face a face</i>	203
<i>Entrevistas telefônicas</i>	173
Entrevistas não realizadas	175 (31,8%)
<i>Recusa</i>	94
<i>Mais de 10 contatos sem sucesso</i>	36
<i>Número de telefone inexistente/não atende</i>	34
<i>Outras impossibilidades</i>	11

Nota: Quadro retirado do relatório de campo da Vox Populi. Cadastro inicial com base nos jovens que fizeram parte da avaliação em 2009.

O alto percentual de entrevistas não realizadas (principalmente por recusa de participação, segundo relato da Vox Populi) é majoritariamente justificado pela violência na região.

Em análise estatística, comparando os indivíduos não encontrados no campo de 2012, observamos que eles são suficientemente semelhantes aos entrevistados e que possíveis diferenças serão satisfatoriamente ajustadas com o pareamento.

Os entrevistados são divididos em dois grupos: tratado (jovens que participaram das atividades do programa) e controle (inscritos que ficaram na lista de espera).

A estratégia adotada para identificação do impacto do programa tem como principal artifício a comparação entre esses dois grupos. Dessa forma, utilizamos uma metodologia de pareamento para garantir que os grupos a serem comparados sejam semelhantes e para que as diferenças entre eles possam ser atribuídas ao programa.

Comparando as características médias dos jovens em 2007 entre o grupo tratado e de controle, podemos traçar um perfil antes de o programa acontecer. A renda familiar dos tratados é menor, o que já era esperado devido ao critério de seleção de participação. Os jovens da lista de espera tinham idade um pouco superior que os participantes do programa, além de menor frequência escolar, maior proporção com emprego formal e menor participação no programa Bolsa Família. A renda pessoal dos jovens em ambos os grupos é baixa, considerando que muitos deles ainda não trabalham.

Tabela 4 – Características de 2007

Características dos jovens em 2007	Tratamento	Controle	Significância
Idade	17,0	17,4	***
Renda pessoal (R\$)	26,1	25,5	
Escolaridade	8,4	8,4	
Frequenta escola	72%	54%	***
Renda familiar per capita (R\$)	101,73	161,97	***
Trabalhava	8,0%	9,0%	
Participou curso prof. ou capacitação	18,0%	16,0%	
Número de pessoas na família	5,1	4,4	***
Emprego formal	24,0%	50,0%	*
Participa do programa Bolsa-Família	18,0%	8,0%	***

*10% de significância; **5% de significância; ***1% de significância.

Um ano após o término do programa, em 2009, a proporção de jovens no mercado de trabalho e a renda média pessoal aumentaram nos dois grupos, mas sem apresentar diferença estatisticamente significativa entre eles. No entanto, os jovens da lista de espera continuam com a renda familiar per capita mais alta do que a dos Jovens Urbanos.

Olhando para os dois pontos no tempo (2007 e 2009), nota-se que a proporção de jovens trabalhando aumentou, mas, por outro lado, ainda que a média de anos de escolaridade tenha subido, a proporção de jovens frequentando a escola diminuiu.

A tabela a seguir apresenta características médias dos jovens em 2012. Observamos que os participantes do programa são mais novos e que a diferença na renda familiar permanece estatisticamente significativa, sendo mais alta para os indivíduos da lista de espera. Nota-se que um percentual maior de pessoas do grupo de tratado tem filhos, essa informação pode explicar a menor presença de indivíduos solteiros e sua colocação na família como principal responsável (ainda que para as duas últimas variáveis o teste não seja significativo).

Tabela 5 – Características 2012: tratado e controle

Características dos jovens em 2012	Tratado	Controle	Significância
Idade	21,9	22,2	**
Renda familiar (R\$)	1805,5	2029	**
Raça/cor: pardo (%)	44,1%	47,5%	-
Homem (%)	44,1%	45,1%	-
Estado civil: solteiro (%)	72,4%	78,6%	-
Tem filhos	32,7%	21,3%	**
Condição na família (principal responsável)	9,0%	4,9%	-
Nº de observações	254	122	

*10% de significância; **5% de significância; ***1% de significância.

É interessante olhar mais atentamente para informações sobre ocupação dos jovens, pois o programa tem estímulos para empreendedorismo. Da tabela abaixo, podemos perceber que a atenção dada a esse tema pelo programa não foi o suficiente para mudar o incentivo dos jovens. A maioria dos tratados pertence à categoria “empregado com carteira assinada”. Além disso, comparando os grupos nota-se a presença mais intensa de jovens do grupo de controle em categorias consideradas com o perfil empreendedor do que os Jovens Urbanos, como por exemplo, empregador e por conta própria.

Tabela 6 – Ocupação dos jovens

Ocupação do trabalho principal	Tratado		Controle		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Empregador	1	0,4%	3	2,5%	4	1,1%
Empregado com carteira assinada	156	61,4%	79	64,8%	235	62,5%
Empregado sem carteira assinada	28	11,0%	7	5,7%	35	9,3%
Por conta própria	7	2,8%	6	4,9%	13	3,5%
Trabalho comunitário	0	0,0%	1	0,8%	1	0,3%
Funcionário público	1	0,4%	1	0,8%	2	0,5%
Não estava trabalhando	61	24,0%	25	20,5%	86	22,9%
Total	254	100,00%	122	100,00%	376	100,00%

No quadro comparativo abaixo é possível ver a evolução dos avaliados entre 2007 e 2012. Observamos que o percentual de jovens no mercado de trabalho aumenta consideravelmente em relação aos outros anos, sendo que a maioria deles está alocada no setor formal. A renda pessoal média dos jovens também aumentou e, chamando atenção para a média de anos de estudo, podemos dizer que, em média, os jovens concluíram o Ensino Médio e optaram pela entrada no mercado de trabalho. É interessante ressaltar que ao compararmos os dados dos entrevistados com as informações calculadas para jovens da região metropolitana de São Paulo, na mesma faixa etária, segundo a PNAD¹, não encontramos grandes diferenças, o que é um indicativo de que a vulnerabilidade dos jovens não é tão maior do que a média da população.

¹ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Tabela 7 – Evolução do grupo de tratado e comparação tratado e controle em 2012

Características dos jovens no tempo	2007	2009	2012		PNAD ²
	Tratado	Tratado	Tratado	Controle	
Renda e Trabalho					
Renda pessoal (R\$) de todos os jovens ¹	26	263,6	688,5	740,4	768,8
Renda pessoal (R\$) dos que trabalham ¹	392,3	530,1	906,1	940,9	1048,9
Trabalha (%)	8,0%	52,0%	76,0%	79,5%	74,2%
Com emprego no setor formal (%) ³	24,0%	74,7%	81,8%	86,4%	74,1%
Escolaridade					
Anos de estudo	-	10,3	10,8	10,8	10,7
Concluiu Ensino Médio (%)	22,9%	65%	81,1%	78,8%	-
Cursou EM técnico (%)	-	-	14,5%	14,8%	-
Participou de curso profissionalizante ou de capacitação profissional (%)	17,5%	28,9%	41,3%	43,3%	36,1%
Ingressou no Ensino Superior (%)	-	-	18,9%	19,3%	-
Entre os que ingressaram, estavam frequentando faculdade (%)	-	-	66,6%	73,9%	-
Leitura e Cidadania					
Nº vezes leu jornal/revista/livro (30 dias)	-	9,7	-	-	-
Leu jornal/revista/livro nos últimos 30 dias (%)	-	83,2%	69,3%	72,1%	-
Participa de ONG ou organização social (%)	-	10,5%	4,7%	4,9%	-

Notas: 1) Renda está em valores nominais.

2) PNAD 2009: renda inflacionada para jul/12; informações para região metropolitana de São Paulo e jovens com idade entre 21 e 25 anos.

3) Foi considerado emprego formal: empregador, emprego com carteira assinada e funcionário público; emprego não formal: emprego sem carteira assinada e por conta própria.

Metodologia

Para estimar o efeito do programa nos indicadores de resultado, a pergunta central a ser feita é: o que aconteceria com os jovens participantes caso não tivessem passado pelo projeto? Esse conceito de contrafactual é um problema de difícil solução, pois não é possível observar a situação dos jovens participantes depois do programa, caso não tivessem participado.

Dentro desse contexto se insere a necessidade do grupo de controle, ou seja, um grupo de jovens que tenham características observáveis semelhantes a dos jovens tratados, evitando o problema de viés de seleção das estimativas. Quanto mais parecidos forem os grupos, menor será a probabilidade de viés nos resultados. Nesse caso, consideramos como grupo de tratamento os jovens que participaram do programa, e, como grupo de controle, os jovens da lista de espera.

De acordo com os grupos escolhidos segundo essa estrutura, podemos pensar que os jovens da lista de espera são semelhantes aos participantes, dada sua intenção em participar do programa e um conjunto de características observáveis.

Tendo em mãos as questões respondidas referentes à situação dos jovens em 2007, 2009 e 2012, temos um rico arcabouço de informações que possibilita o ajuste de diferenças entre os grupos de controle e tratamento por meio de técnicas econométricas.

Resultados

Na primeira avaliação, foram encontrados impactos positivos sobre renda pessoal, empregabilidade, participação em cursos de capacitação profissional, participação em movimentos sociais e frequência de leitura.

Nesta segunda avaliação, entretanto, não foram encontrados impactos sobre essas variáveis, o que indica que o diferencial entre participantes e não participantes, encontrado após um ano do programa (na primeira avaliação), foi progressivamente reduzido até o momento da segunda avaliação (quatro anos após o programa).

No entanto, nesta avaliação foi encontrado impacto positivo em dois indicadores da trajetória escolar dos jovens. Sendo assim, podemos pensar que o programa estimulou os jovens a continuarem a investir na sua formação.

Observamos então que o programa aumentou de forma estatisticamente significativa em 14,2 pontos percentuais a probabilidade de o jovem ingressar no Ensino Superior, assim como aumentou em 0,273 a média de anos de escolaridade. Esse resultado é interessante, pois pode provocar efeitos de longo prazo, como diferenciais de renda futura.

Não foi verificado efeito estatisticamente significativo no conjunto de variáveis de renda e trabalho. Sendo assim, no médio prazo o programa perde o poder de impulsionar o jovem para o mercado de trabalho.

O envolvimento dos jovens em ONGs e em movimentos sociais diminuiu e não há efeito significativo nessa variável. Isso pode estar relacionado a sua inserção no mercado de trabalho, o que gera escassez de tempo livre.

A tabela abaixo apresenta os resultados de impacto do programa, comparando jovens participantes com os da lista de espera. O impacto foi estimado para todas as variáveis listadas no quadro.

Tabela 8 – Impacto médio do programa Jovens Urbanos por indicador de resultado

Resultado das estimativas	Impacto	Significância
Renda e Trabalho		
Renda pessoal (R\$) de todos os jovens		
Renda pessoal (R\$) dos que trabalham		
Trabalha (%)		
Com emprego no setor formal (%)		
Escolaridade		
Anos de estudo	0,273	*
Concluiu Ensino Médio (%)		
Cursou EM técnico (%)		
Participou de curso profissionalizante ou capacitação profissional (%)		
Ingressou no Ensino Superior (%)	14,2	***
Leitura e Cidadania		
Leitura de jornal, revista, livro (em 30 dias)		
Participa ONG ou movimento social (%)		

Nota: *** 1% de significância; ** 5% de significância; *10% de significância; - não significativa estatisticamente.

Retorno econômico

Outro instrumento importante para a avaliação do programa é a análise de custo-benefício. Considerando os impactos estimados e os custos envolvidos, sob um conjunto de hipóteses, podemos construir um retorno econômico para o projeto.

Curto e médio prazo

Benefícios do programa

Sabemos pela avaliação de curto prazo que o programa teve impacto positivo de R\$ 114,00 na renda dos jovens e aumento na probabilidade de emprego em 16,9 pontos percentuais. Como não há impacto, nesta avaliação, sobre a renda pessoal, consideramos que o resultado estimado em 2009 tem duração de quatro anos e comportamento de queda linear, ou seja, a duração do impacto é finita e vai a zero, no médio prazo.

Custo do programa

Consideramos os custos totais da Fundação Itaú Social e do Cenpec, excluindo os gastos com bolsa auxílio, pois esse é um benefício transferido diretamente ao jovem.

O investimento, nos dois anos (2007 e 2008), com 480 jovens participantes, contabilizou R\$ 2,6 milhões no total ou R\$ 5.520,00 por jovem.

Assumimos uma taxa de desconto livre de risco de 5% ao ano para os cálculos envolvidos no retorno.

A tabela a seguir apresenta os resultados da taxa interna de retorno e o valor presente líquido do programa.

Tabela 9: Retorno econômico (curto prazo)

1 - Queda linear do impacto por 4 anos + custo 3ª edição				
	VP benefício salarial	Custo	VPL	TIR
Total (em milhões de reais)	1,42	-2,64	-1,22	-14% a.a.
Por aluno (em reais)	2.967,93	-5.520,54	-2.552,61	

2 - Queda linear do impacto por 4 anos + custo 3ª edição proporcional a 9 meses de programa (52% dos custos totais)				
	VP benefício salarial	Custo	VPL	TIR
Total (em milhões de reais)	1,42	-1,37	0,046	6% a.a.
Por aluno (em reais)	2.967,93	-2.870,68	97,25	

Considerando o custo total do programa, o retorno econômico é negativo, totalizando um valor presente líquido negativo de R\$ 1,22 milhão. Com o impacto por quatro anos na renda, o retorno poderia ser positivo caso os custos do programa fossem reduzidos. Dessa forma, traçamos um segundo cenário supondo que a duração do programa fosse reduzida a nove meses, o que representaria 52% do custo total do programa. Nessa situação, o valor presente líquido total é positivo e igual a R\$ 46,67 mil.

Longo prazo

Benefícios do programa

De acordo com a atual avaliação, o programa teve impacto positivo de 14,2 pontos percentuais na probabilidade de ingresso no Ensino Superior. Sendo assim, consideramos como benefício do programa, o diferencial de renda anual entre concluir o Ensino Superior e concluir apenas o Ensino Médio, somado ao impacto de curto prazo do programa (descrito acima).

Algumas hipóteses são relevantes para a realização desse cálculo. Primeiramente, consideramos que os 66,6% dos jovens participantes do programa que hoje estão no Ensino Superior concluirão o curso; e, atribuímos a estes jovens, no futuro, a renda média de quem tem Ensino Superior no estado de São Paulo, segundo a PNAD 2009.

Portanto, supomos que dos 480 jovens participantes do programa, 45 concluirão o Ensino Superior e trabalharão dos 25 aos 65 anos. Enquanto os 435 restantes concluirão apenas o Ensino Médio e trabalharão dos 18 aos 65 anos.

Nesse cenário, o programa apresenta retorno positivo de cerca de R\$ 5 mil por jovem e cerca de R\$ 2,6 milhões no total, com taxa interna de retorno de 7,9% a.a., como apresenta a tabela a seguir:

Tabela 10: Retorno econômico (longo prazo)

3 - Impacto para Ensino Superior (2012) e na renda (2009) com custo total (sem bolsa)					
	VP salarial	benefício	Custo	VPL	TIR
Total	R\$ 5.266.094,88		R\$ (2.649.858,36)	R\$ 2.616.236,52	7,9% a.a.
Por jovem	R\$ 10.971,03		R\$ (5.520,54)	R\$ 5.450,49	

É importante observar que, por esses jovens se encontrarem num contexto de alta vulnerabilidade, é possível que a taxa de conclusão e a renda recebida depois de formados sejam menores. Assim, esse cenário pode ser considerado otimista, de modo que a taxa interna de retorno do projeto deva ser considerada num intervalo entre a taxa calculada neste 3º cenário (7,9%) e a taxa calculada apresentada anteriormente (-14%).

Comentários finais

O programa Jovens Urbanos é dedicado à formação de jovens com idade entre 16 e 21 anos, residentes em bairros pobres de regiões metropolitanas. Avaliamos a inserção dos jovens no mercado de trabalho, sua formação escolar e seu envolvimento cultural. A 3ª edição do programa aconteceu entre 2007 e 2008 em São Paulo, capital.

Para colher informações sobre a situação dos jovens no mercado de trabalho, trajetória escolar, hábitos culturais e de leitura foi realizada uma pesquisa de campo com pessoas que já haviam participado da avaliação de 2009.

Verificamos que os impactos positivos sobre renda pessoal, empregabilidade, participação em cursos de capacitação profissional e em movimentos sociais, além da frequência de leitura, estimados em 2009, não se mantiveram após quatro anos de programa.

No entanto, as estimativas, em 2012, mostram que o programa teve um impacto positivo já que seus participantes têm, em média, 0,273 anos de estudos a mais que os não participantes. Além disso, foi estimado que os participantes do programa têm probabilidade de ingresso no Ensino Superior 14,2 pontos percentuais maior que o grupo de comparação.

Realizamos algumas simulações para o cálculo do retorno econômico do programa. Como não há impacto, nesta avaliação, sobre a renda pessoal, um dos cenários foi calculado supondo que o resultado estimado na 1ª avaliação (em 2009) tenha duração de quatro anos e comportamento de queda linear. Observamos que nesse caso o valor presente líquido é negativo. Com o impacto por quatro anos na renda, o retorno poderia ser positivo, se a duração do programa e, portanto, os seus custos fossem reduzidos.

Utilizando os impactos esperados de longo prazo do programa, consideramos o diferencial de renda anual entre concluir o Ensino Superior e concluir apenas o Ensino Médio somado ao aumento de renda da 1ª avaliação.

Neste cenário, o programa apresenta retorno positivo. Entretanto, como tais jovens se encontram em um contexto de alta vulnerabilidade, é possível que a taxa de conclusão do Ensino Superior e o adicional de renda sejam menores do que os previstos. Sendo assim, esse cenário pode ser considerado otimista.

De acordo com a 1ª avaliação de impacto do Jovens Urbanos, realizada em 2009, concluímos que o programa tem influência significativa e positiva na inserção do jovem no mercado de trabalho, o que foi medido pelo aumento na renda pessoal e pela empregabilidade. Dessa forma, um ajuste nos custos pode resultar em retorno positivo e alinhado ao objetivo do programa: dar suporte ao jovem no início da sua vida profissional.

Diante dos resultados desta avaliação - a perda de significância de curto prazo e o efeito na trajetória escolar - seria interessante acompanhar os jovens em outro momento no tempo.

Assim poderíamos analisar se o resultado positivo na probabilidade de ingressar no Ensino Superior, de fato, vai gerar impacto em renda.

É importante ressaltar que o ingresso e conclusão do Ensino Superior é esperado para apenas 10% dos jovens. Portanto, para os 90% restantes, o impacto limita-se ao de curto prazo, cujo benefício é insuficiente para pagar os custos do programa.

Além disso, os objetivos do Jovens Urbanos sugerem outros potenciais de impacto que podem não estar diretamente ligados à renda, como cidadania e socialização. O impacto potencial sobre tais aspectos não foi captado pela renda após quatro anos de programa.